



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social.

## RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM MINAS GERAIS: ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS

MARIANA LEITE PÉRES<sup>1</sup>  
ANA CRISTINA PEIXOTO GUIMARAES<sup>2</sup>  
LEONARDO NOGUEIRA ALVES<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da formação acadêmico-profissional em Serviço Social discutir as determinações das relações patriarcais de gênero na sociedade atual. Para isso, será exposto um breve panorama do quadro atual de discussão desta temática nos cursos de graduação em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) de caráter público do Estado de Minas Gerais a partir da oferta de disciplinas nas respectivas grades curriculares.

**Palavras-chave:** Relações patriarcais de gênero; Serviço Social; Formação profissional.

**Abstract:** This paper aims to highlight the importance of the academic-professional training in Social Work to discuss the determinations of patriarchal gender relations in today's society. To this end, a brief overview of the current framework of discussion of this subject will be presented in the undergraduate courses in Social Work of the Higher Education Institutions (IES) of public character of the State of Minas Gerais, based on the offer of subjects in the respective curricular areas.

**Keywords:** Gender; Social Work; Professional Qualification.

### 1. INTRODUÇÃO

A discussão aqui proposta visa contribuir para a defesa de uma formação em Serviço Social atenta a relações de gênero no marco da sociabilidade capitalista, entendendo que:

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, “refuncionaliza”, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas. (CISNE, 2015, p.124)

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <marianalperes@hotmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em um primeiro momento do trabalho contextualiza-se o que compreendemos por patriarcado, no modo de produzir e reproduzir capitalista, a partir de pressupostos encontrados na teoria marxista, depois, faz-se uma análise de como a profissão se caracteriza historicamente e como suas mediações estão diretamente embrincadas na sociedade do capital, o que faz com que seja necessária a discussão de gênero na formação em Serviço Social com consequências em uma atuação de qualidade orientada na adesão consciente do Projeto Ético Político, por fim, traz o resultado da investigação dos currículos do Serviço Social público mineiro levando em conta a oferta das disciplinas que tenham relação com temas de gênero.

A metodologia utilizada partiu da pesquisa via internet dos currículos das graduações das Universidades de Serviço Social públicas mineiras e envio de e-mails para essas instituições confirmando a frequência e modalidade da disciplina. Após a investigação as grades curriculares foram analisadas com base nas referências aqui encontradas.

Entende-se que esse estudo exploratório possa somar mais trabalhos e aumentar a discussão na categoria sobre o tema visando que os profissionais estejam sempre se qualificando e as graduandas e graduandos se apropriem do tema.

O Serviço Social inscrito nas mediações da luta de classes não pode se abster ou tratar com menor relevância esse debate inscrito em relações de dominação-exploração. Ainda, as relações de classe, raça e gênero não devem ser discutidas de forma descolada, mas com a articulação necessária para entender o aparato da sociedade de classes, machista, capitalista e racista.

Desde seu desprendimento com o conservadorismo e seus novos aparatos institucionais orientados em uma perspectiva crítica e para além da institucionalidade, o Serviço Social tem como norte profissional princípios que defendem a efetivação do debate de gênero, por conseguinte, deve estar ligado à eliminação das formas de dominação e fomentar a participação dos grupos deixados à margem da sociedade capitalista.

## **2. Breves considerações sobre a hegemonia das relações patriarcais de gênero na sociedade capitalista**

Se tem sido comum, no âmbito dos estudos contemporâneos, o divórcio entre as formulações sobre gênero e patriarcado, neste trabalho partimos das premissas evidenciadas ao longo da trajetória de Heleieth Saffioti (1987, 2004 e 2013) sobre a indissociabilidade destas duas categorias que isoladas podem nos conduzir a leituras parciais da realidade social.

O nosso eixo de análise inicial consiste na apreensão das relações patriarcais de gênero a partir das necessidades de produção e reprodução social de homens e mulheres que tornam possível e igualmente necessárias a emergência da sociabilidade e de todas as suas consequências, tanto as que conduzem o gênero humano ao processo de humanização quanto as que possibilitam retrocessos que simultaneamente nos desumanizam.

Os seres humanos apenas se relacionam porque a sua existência exige estratégias que implicam cooperação. Já nos indicava Marx e Engels (2007) que o primeiro ato fundacional consiste na necessidade de produção dos meios para satisfação de suas carências e neste processo se produz a própria vida material. A produção da vida é realizada por homens e mulheres portadores de uma capacidade de trabalho que posta em ação modifica a natureza e o próprio ser que trabalha. Conduz, incessantemente, a novas necessidades sociais cada vez mais amplas e complexas e possibilita a emergência da práxis social.

Todo este esforço necessário para produzir e reproduzir as condições necessárias para a existência humana, ao se realizar por meio do trabalho, implica estratégias de cooperação que, no curso histórico de desenvolvimento do ser social, se traduziu em formas de divisão do trabalho.

A partir desta assertiva, convencionou-se (especialmente em estudos antropológicos) abordar estas formas de divisão do trabalho levando em consideração um caráter harmônico e complementar que homens e mulheres exerciam ao assumirem tarefas distintas. No entanto, acreditamos que mesmo a existência mais rudimentar de uma chamada divisão sexual do trabalho já pode nos indicar determinadas assimetrias próprias de uma lógica que necessita naturalizar e segmentar diferenças para a realização de atividades quaisquer que sejam.

É elementar resgatar a contribuição de Paola Tabet, feminista materialista de origem italiana, na afirmação de que a chave de análise para compreender as formas de divisão sexual do trabalho em diferentes sociedades não deve ser inquirida exclusivamente a partir da caracterização do tipo de atividade desempenhada, mas, sobretudo, no significado cristalizado com o uso de determinados instrumentos de trabalho e da propriedade privada destes equipamentos. Cabe ressaltar que Engels (2010), já no século XIX denunciava que a propriedade privada dos instrumentos de trabalho consistia numa grande derrota para as mulheres, naquilo que foi caracterizado pelo autor como transição ao direito paterno e constituição de sociedades patrilineares no qual o direito a herança era atribuído aos homens.

Sendo assim, todo o acesso dos homens aos instrumentos de trabalho nos mostra que a potencialidade criadora da atividade laboral foi desenvolvida de forma assimétrica. Além disso, Tabet (2014) também nos indaga sobre as funções de arma que também estava contido nos instrumentos de sociedades que vivem na caça, ou seja, eram também equipamentos utilizados em guerras e conflitos entre grupos/tribos.

Se a divisão do trabalho é uma exigência posta pela própria capacidade auto-produtiva dos seres humanos no curso do seu desenvolvimento social o mesmo não se pode aferir sobre a divisão sexual do trabalho. Esta forma de separação do trabalho não é uma característica acidental e ineliminável da sociedade, ao contrário, foi construída e reafirmada como forma de dominação, como expressão de outro polo fundamental: a lógica da propriedade privada dos meios necessários para a produção e reprodução social. Sendo assim, é nas características e implicações do desenvolvimento histórico-social que devemos compreender a divisão sexual do trabalho e não nas determinações biológicas.

Conforme observamos na citação de Lukács (2013, p. 162),

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resolvida e pura do ser social expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominantemente nela, degradando os momentos biológicos à

condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho.

A divisão sexual do trabalho também se complexifica e acompanha toda a trajetória histórica da humanidade. Há mobilidades e permanências em sua lógica de organização. Kergoat (2009) denuncia que esta forma de divisão do trabalho implica numa destinação prioritária dos homens ao espaço produtivo/público e as mulheres ao espaço reprodutivo/privado.

Com isso se opera uma lógica de separação e hierarquização na qual os trabalhos desempenhados majoritariamente por mulheres são inferiores, desvalorizados e mal remunerados. Basta verificarmos as funções destinadas ao trabalho doméstico, ao trabalho de cuidados e também nos rendimentos de profissões como pedagogia, secretariado, serviço social, enfermagem e nutrição, por exemplo.

Noutros termos,

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Dado este caráter fundacional do quadro de sociabilidade entre homens e mulheres ainda estabelecido entre nós, é necessário compreender a divisão sexual do trabalho e a propriedade privada como pilares cabais do que podemos caracterizar como patriarcado. Sem dúvidas, a continuidade de relações patriarcais na história não seria possível se os seus elementos basilares tivessem sido superados. A existência da divisão sexual do trabalho e da propriedade privada atravessaram gerações e modos de produção relegando as mulheres, hegemonicamente, a papéis inferiores aos homens. Essa lógica também expressa uma "divisão sexual do poder", conforme sinaliza Devreux (2011), e, mesmo em sociedades em que as desigualdades de classe conferiram às mulheres o exercício de dominação, o poder corporificou

efetivamente na construção do homem branco, rico e heterossexual (SAFFIOTI, 2004).

A generalização histórica da experiência social de homens e mulheres calcadas na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada implicou numa relação social determinada: a sociabilidade passa a ser regida por uma característica patriarcal que, embora não seja exclusiva, cumpre uma função medular na ordem social estabelecida.

Com a emergência do capitalismo e sua hegemonia enquanto modo de produção social as relações patriarcais de gênero não foram suprimidas, ao contrário, a manutenção dessas relações patriarcais propiciou (e ainda propicia) um avanço do capital sobre o trabalho das mulheres, estabelecendo rupturas e continuidades na divisão sexual do trabalho sem romper com seu fundamento de separação e hierarquização.

Harvey (2011, p. 89-90), por exemplo, observa que:

(...) os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. As questões de gênero, muitas vezes, tornam-se vitais no chão da fábrica, assim como as questões de etnia, religião, raça, e preferência [orientação] sexual. (...) são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. (...) Em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho (...).

Cabe também acentuar que o que chamamos de relações patriarcais de gênero, além de intimamente vinculada ao capitalismo, na particularidade brasileira, também nutre uma relação com racismo. O patriarcado, o racismo e o capitalismo se articulam e determinam o modo de produzir a nossa realidade. Só podem ser separados didaticamente no pensamento, no entanto, na realidade material estão intimamente enovelados.

Como separar o patriarcado, o racismo e o capitalismo se, na prática, na realidade cotidiana, na luta diária pela sobrevivência, não é possível distinguir como independentes, capazes de atuação autônoma, estes três sistemas de dominação-exploração que se fundiram ao longo da história? (SAFFIOTI, 1987, p. 88).

Sendo assim, na sociedade que vivemos as relações patriarcais de gênero, o racismo e o capitalismo compõem uma unidade indivorciável e reclama, necessariamente, uma unidade das resistências antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas.

É neste contexto complexo que o Serviço Social se inscreve na divisão social e técnica do trabalho, sendo uma profissão irá se configurar como um espaço de exercício profissional para as mulheres. Com isso, já de antemão podemos afirmar que a compreensão das relações patriarcais de gênero é fundamental para compreender esta profissão.

### **3. A formação acadmico-profissional do Serviço Social na atualidade**

Para compreender a formação acadmico-profissional do Serviço Social na atualidade  necessário entender o contexto sócio-histórico que proporcionou a gnese da categoria profissional e que de início conduziu as diretrizes da formação e atuação da profissão.

Historicamente, a desigualdade social  presente na realidade moderna dos países centrais, e principalmente, dos periféricos. Nos séculos em que o modo de produção capitalista em sua fase concorrencial, ditava as normas sociais, as desigualdades sócio-econmicas e políticas eram tratadas pontualmente pelo Estado e pela Igreja Católica. Pelo primeiro por meio de aparatos coercitivos que agiam com repressão aos indivíduos que eram marginalizados ao acesso a riqueza ou não detinham o comportamento adequado a sociabilidade burguesa, pela segunda por meio de medidas caritativas cristãs e a regulação moral das vidas e corpos. A consolidação do capitalismo monopolista, ao início do século XX, exigiu o reordenamento das funções dos órgãos políticos e sociais já que nesse momento há a maior produção de mercadorias em toda a história da humanidade, ao mesmo tempo em que ocorre a potencialização das desigualdades, configurando a questão social, fruto da contradição entre o conflito do capital com o trabalho. A partir desse contexto o Estado se refuncionaliza, atuando sistematicamente sob as expressões da questão social, não são por meio da coerção, mas também pelo consenso. Desse modo, a política social surge com a proposta de evitar

conflitos contínuos que expressam a existência da luta de classes. Por isso, a necessidade de uma profissão que planeje e aplique essas estratégias, justificando o surgimento do Serviço Social, inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais. Em outras palavras, as/os assistentes sociais têm nas diversas refrações da questão social vivenciadas pelos indivíduos o objeto do trabalho profissional.

A partir da vinculação histórica do Serviço Social com a Igreja Católica e a compreensão anteriormente citada, sobre a divisão sexual do trabalho, em que cabem as mulheres o espaço reprodutivo/privado e aos homens o espaço produtivo/público, é compreensível que profissões como o Serviço Social sejam compostas por profissionais majoritariamente femininos, em que são associadas ao perfil profissional características e responsabilidades construídas em uma sociabilidade capitalista patriarcal enquanto femininas como o cuidado, educação, beneficência, caridade e voluntarismo. Nisso, pode-se verificar a desvalorização social e a sub remuneração da profissão relacionada a profissões ditas masculinas como as engenharias e advocacia. As problemáticas de desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres e o lugar esperado da mulher na sociedade patriarcal capitalista - devido à existência da divisão sexual do trabalho – colaboram para o fenômeno de feminização da pobreza que se relaciona a rotina de trabalho do/a assistente social uma vez que os usuários da política social serão majoritariamente do sexo feminino.

Como já contextualizado, o Serviço Social surge com uma perspectiva conservadora. Ao longo da segunda metade do século XX - a partir do contato com a comunidade pela atuação profissional, o debate de diversos cursos das ciências humanas na universidade e com o marxismo pela aproximação com os movimentos sociais - a profissão passa a se posicionar criticamente à realidade e demandas postas. Segundo Iamamoto (2014, p. 613)

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999). (...) Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele



foi alimentadoteoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais.

Visto o contexto de gênese do Serviço Social, do perfil do profissional e do usuário, é fundamental compreender que os projetos profissionais diversos são indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade e que dessa forma são presentes no cotidiano de trabalho e organização da categoria profissional as tensões entre projetos com disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro, que podem fortalecer as condições de vida dos/as trabalhadores/as ou das classes dominantes. O fortalecimento do pólo do trabalho ou do capital pode ser propiciado por meio da política social pública, inclusive, a de educação. Por isso, a importância de se debruçar sobre a formação acadêmico-profissional do Serviço Social na atualidade, com dedicação ao entendimento dos recortes das desigualdades socialmente produzidas - dentre elas, a de gênero - nos segmentos da classe trabalhadora, alvo da atuação profissional.

A partir desse cenário, é imprescindível que a formação profissional de Serviço Social se ancore na perspectiva de totalidade, entendendo as relações que determinam a heterogeneidade das classes, como o patriarcado. Conforme exigido pela ABEPSS, desde 2014, a adição de um componente curricular obrigatório na graduação, que debata as relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. Isso, pois se entende que as relações de classes são mediadas por outras relações sociais. Para além, a o compromisso do/a assistente social crítico, firmado pelo projeto ético-político profissional hegemônico atualmente, perpassa a ampliação de direitos e a luta contra toda forma de exploração e opressão em defesa da emancipação humana, o que significa a dedicação a formação profissional de qualidade.

## **2.1. Análise dos currículos de Serviço Social de Minas Gerais com o enfoque para o debate de gênero.**

Como exposto, a discussão de gênero deve ser inserida no Serviço Social pela articulação histórica da profissão com o modo de produção e

reprodução da vida social e, dessa forma, com os seus aparatos de dominação-exploração baseados no patriarcado e racismo, que subjuga a participação de negros e mulheres na cena pública social e ao mesmo passo impõem postos de trabalho precários, rebaixados e informais para sua inserção, apropriando-se do patriarcado e do racismo para obtenção de lucros.

Essa questão deve incidir na formação, que dará as bases necessárias para a atuação profissional, a partir da compreensão do emaranhado de relações expostas até o momento, que rebatem, na situação da mulher na sociedade capitalista patriarcal, por exemplo, na procura por políticas sociais – maior campo de atuação dos assistentes sociais – que complementem sua reprodução e lidem com as problemáticas que envolvem sua vida social, particular e política.

Os(as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades. (IAMAMOTO, 2014. P. 611)

Os e as estudantes de Serviço Social necessitam sair consolidados com esse debate e tendo clareza de todas as contradições que permeiam a existência das mulheres no patriarcado e capitalismo, já que o assistente social vai intervir nas expressões da questão social e como explicita Iamamoto:

A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (2001, p.17)

Partindo desses pressupostos, a presente pesquisa visou analisar como essa discussão se insere na academia em instituições Federais e Estaduais de Minas Gerais, já que, como explicitado acima, desde 2014 a ABEPSS entende ser crucial a inclusão de uma disciplina que discuta gênero nos quadros curriculares dos cursos.

Assim, buscou-se através dos currículos de Serviço Social das faculdades públicas de Minas Gerais – UEMG, UNIMONTES, UFJF, UFV, UFOP, UFJVM, UFU e UFTM - identificar se o debate de gênero se faz presente em alguma das disciplinas sejam elas ofertadas nas modalidades eletivas, optativas ou obrigatórias.<sup>4</sup>

Deve-se atentar para a forma como a discussão se consolida no Serviço Social em Minas Gerais, a partir do exame das disciplinas. Nota-se, de acordo com a Tabela 1 que em somente uma das instituições a disciplina é obrigatória, sendo a UFV e Universidade Federal de Juiz de Fora explica no e-mail que já tem um professor para a área e a disciplina está em processo de se tornar obrigatória. Nas demais conta como disciplinas optativas ou eletivas, quando encontradas nos currículos Entende-se com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS que esse debate deve ser defendido como parte essencial do currículo e não como formação complementar e opcional, que alguns estudantes queiram ter.

TABELA 1 – TIPO DE DISCIPLINAS DE GÊNERO OFERTADAS EM MINAS GERAIS E SUA CARGA HORÁRIA

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>TIPO DA DISCIPLINA</b>	<b>CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA</b>
UEMG – ABAETÉ	Optativa	45
UEMG – CARANGOLA	Optativa	30
UEMG – CLAUDIO	Não encontrado	Não encontrado
UEMG – DIVINÓPOLIS	Optativa	45
UEMG – PASSOS	Não encontrado	Não encontrado
UFJF	Eletiva	60
UFOP	Eletiva	60
UFTM	Eletiva	60
UFU	Optativa	60

<sup>4</sup>Cabe ressaltar que foi enviado um e-mail para todas as instituições para confirmar a frequência e a modalidade de oferta das disciplinas com essa temática, mas se teve resposta de apenas duas - UFJF e UFVJM -, então a investigação partiu dos currículos encontrados e das observações desses e-mails.

UFV	Obrigatória	60
UFVJM	Eletiva	60
UNIMONTES	Optativa	Não encontrado

Fonte: elaboração própria

Ao visualizar a carga horária que essas disciplinas ocupam, pode-se evidenciar que a maioria cumpre sessenta horas, que geralmente as obrigatórias também cumprem, mas ainda em alguns casos, vê-se que esse debate ainda é feito em menos horas, o que pode prejudicar um aprendizado de forma completa e de qualidade.

Portanto, as escolas de Serviço Social de Minas Gerais e de todo o Brasil devem ampliar seus currículos atentas a inserir em lugar estratégico e consolidado os fundamentos do patriarcado, da divisão sexual do trabalho e da exploração capitalista, fazendo presente a discussão de gênero.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O debate sobre a importância e o lugar da reflexão acerca das relações patriarcais de gênero na formação e no exercício profissional do Serviço Social é um campo tênue carregado de desafios tanto internos quanto externos à profissão.

Do ponto de vista dos desafios externos, vivenciamos um contexto marcado por uma ofensiva conservadora que tem impactado nos direitos conquistados pelas lutas feministas e LGBT e, sem dúvidas, este elemento recai diretamente tanto sobre os/as profissionais assistentes sociais quanto no público usuário. No que diz respeito aos desafios internos, ainda é necessário dar maior consequência desta temática na formação. Muitos avanços podem ser percebidos como nas campanhas do conjunto CFESS/CRESS e nas orientações da ABEPSS (seja de inclusão da disciplina de “gênero” seja pelo próprio GTP). No entanto, a discussão ainda permanece ora relegada a uma disciplina eletiva/optativa ora dispersa em algum conteúdo da grade curricular.

Sem dúvidas, é necessário avançar na discussão das relações patriarcais de gênero para que seja possível aprofundar o sentido da

“renovação” profissional e adensar as afirmações expressas nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Para nós, um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABESS, 1996, p.06) não será possível se as determinações das relações patriarcais de gênero não forem devidamente apreendidas no âmbito da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Grupo temático de pesquisa Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades: breve histórico e desafios. **Temporalis**. Brasília: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, n. 27, p. 233-241, 2014.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no currículo Mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996).

Disponível:<[http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996pdf)> Acesso em: 27 de jul. 2015.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 5, n. 4, dez. 2011.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, nº 3, jan-jun. 2001.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes**: realidade e mito. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [Originalmente publicado em 1969].

TABET, Paola. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, Verônica (orgs). **O patriarcado desvendado**: três feministas materialistas: Collette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.